



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — N.º 3

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 9 de fevereiro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

VETOS PRESIDENCIAIS

1º) ao Projeto de Lei nº 2.170-B-64 na Câmara e nº 129-64 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 30.567.300,00, para os fins que especifica (veto parcial);

2º) ao Projeto de Lei nº 3.692-E-61 na Câmara e nº 37-63 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a doar a Fundação Darcy Vargas terreno de acréscido de marinha, situado na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara (veto total);

3º) ao Projeto de Lei nº 3.092-B-61 na Câmara e nº 105-64 no Senado, que isenta o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro do pagamento de laudêmios e foros devidos em virtude de permuta e manutenção de posse de terreno e dá outras providências (veto total).

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto nº	Matéria a que se refere
1	1	1º veto Do art. 1º: "Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzelos) para a linha de transmissão da Usina Carlos Euler, da Rede Mineira de Viação, à cidade de Passa Vinte, no Estado de Minas Gerais".
2	1	Do art. 1º: a) "... e Usina da Ferradura, do Consórcio Inter-municipal de Eletricidade, sendo para esta última a serem aplicados pela ELETROBRAS".
3	2	b) "Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzelos)". 2º veto
4	3	Totalidade do projeto. 3º veto

SESSÃO CONJUNTA

Em 11 de fevereiro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

VETOS PRESIDENCIAIS

1º) ao Projeto de Lei nº 4.484-B-62 na Câmara e nº 49-64 no Senado, que revoga artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (veto total);

2º) ao Projeto de Lei nº 2.173-C-62 na Câmara e nº 139-64 no Senado, que institui o salário-educação (veto parcial);

3º) ao Projeto de Lei nº 4.518-C-62 na Câmara e nº 127-64 no Senado, que autoriza a Superintendência de Armazéns e Silos (SAS) a transferir para o patrimônio das Cooperativas do Rio Grande do Sul os armazéns prometidos vender pela Comissão de Triticultura Nacional (COTRIN) — (veto total);

4º) ao Projeto de Lei nº 9-64, C. N., que regula as promoções dos oficiais do Exército (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto nº	Matéria a que se refere
1	1	1º veto Totalidade do projeto.
2	2	2º veto Art. 6º e seu parágrafo.
3	3	3º veto Totalidade do projeto.
4	4	4º veto Do item 4º do art. 17, as palavras: "... e que satisfaçam as demais condições deste artigo".
4	5	Parágrafo único do art. 6º (totalidade).

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, realizarem-se nos dias 9, 11 e 17 do mês em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 9:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.170-B-64, na Câmara e número 129-64, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 30.567.300,00, para os fins que especifica.

Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.692-E-61 na Câmara e nº 37-63 no Senado que autoriza o Poder Executivo a doar a Fundação Darcy Vargas terreno de acréscido de marinha, situado na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.092-B-61 na Câmara e nº 105-64 no Senado, que isenta o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro do pagamento de laudêmios e foros devidos em virtude de permuta e manutenção de posse de terreno e dá outras providências.

Dia 11:

Veto (total) ao Projeto de Lei nº 4.484-B-62, na Câmara e nº 49-64 no Senado, que revoga artigo da Consolidação das Leis do Trabalho.

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.173-A-64 na Câmara e nº 139-64 no Senado, que institui o salário-educação.

Veto (total) ao Projeto de Lei nº 4.518-C-62 na Câmara e nº 127-64 no Senado, que autoriza a Superintendência de Armazéns e Silos (SAS) a transferir para o patrimônio das Cooperativas do Rio Grande do Sul os armazéns prometidos vender pela Comissão de Triticultura Nacional (COTRIN).

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 9-64 (C.N.), que regula as promoções dos oficiais do Exército.

Dia 17:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 6-64 (C.N.), que dispõe sobre o aproveitamento de funcionários nas autarquias que menciona e dá outras providências.

Senado Federal, em 5 de fevereiro de 1965.

AVRO MOURA ANDRADE
Presidente

SENADO FEDERAL

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
DA 5ª LEGISLATURAATA DA 3ª SESSÃO, EM 8 DE
FEVEREIRO DE 1965

2ª Sessão Legislativa extraordinária da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. ADALBERTO SENNA E CATETE PINHEIRO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores

Senadores:

Adalberto Senna
Catete Pinheiro
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel
Ermirio de Moraes
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Lino de Mattos
José Feliciano
Bezerra Neto
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Senna) — A lista de presença acusa o comparecimento de 13 Senhores Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

RESPOSTAS A PEDIDOS
DE INFORMAÇÕES

Atas do Senhor Ministro da Fazenda de 11 de janeiro.

Nº GB-61, com referência ao Requerimento nº 207 de 1963, do Senhor Senador José Guimard;

Nº GB-62, com referência ao Requerimento nº 375 de 1963, do Senhor Senador Adalberto Senna;

Nº GB-63, com referência ao Requerimento nº 261 de 1964, do Senhor Senador Adalberto Senna;

Nº GB-64, com referência ao Requerimento nº 273 de 1964, do Senhor Senador José Ermirio;

Nº GB-65, com referência ao Requerimento nº 488 de 1964, do Senhor Senador Vasconcelos Torres.

Ofício nº 296 de 1964, de 18 de setembro de 1964, do Senhor Governador do Estado do Ceará — Agradece o atendimento do seu pedido, no sentido de ser posto à disposição daquele Governo, sem vencimentos, o Noticiário PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Antônio Augusto Gentil Cabral.

PARECER

Parecer nº 18, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado número 73 de 1964, que institui o Auxílio Familiar em caso de Desemprego por motivo político.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar

O projeto de lei do Senado número 73, de 1964, institui o auxílio familiar em caso de desemprego por motivo político, correspondendo, em termos e objetivos, ao projeto de lei do Senado número 54, de 1964, em tramitação interior nesta Casa do Congresso Nacional

Na proposição anterior, o relator da matéria concluiu pela inconstitucionalidade da proposição (Senador Argemiro de Figueiredo), tendo o Senador Antonio Balbino solicitado e obtido vista nesta Comissão.

Tratando-se de matéria idêntica, a Comissão de Constituição e Justiça opina e requer que tenham os projetos números 54 e 73-64 tramitação conjunta.

Sala das Comissões, 1 de dezembro de 1964. — Ajonso Arinos, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Aloysio de Carvalho Filho. — Edmundo Levi. — Ruy Carneiro. — Menezes Pimentel.

O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Senna) — Está finda a leitura do expediente.

Sobre a mesa requerimento de informações que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 5, de 1965

Requeremos à Mesa, nos termos do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Ministério da Agricultura as seguintes informações:

1) Qual a produção e a área plantada de trigo, em cada Estado, nos anos de 1963 e 1964?

2) Qual a importação e respectivos valores CIF portos nacionais nesses mesmos períodos? Especificar separadamente o valor do trigo e o dos fretes por tonelada métrica.

3) Quais os países fornecedores de trigo e qual a quota de cada um?

4) Qual a previsão da área a ser plantada com trigo em 1965?

5) Quais as variedades novas de trigo em experiência e quais os resultados alcançados?

6) Quanto despendeu o Ministério no auxílio a pesquisas sobre trigo nos anos de 1963 e 1964 e quanto prevê despende em 1965?

7) Quais as providências tomadas para o fornecimento regular, em 1965, de sementes adequadas aos plantadores de trigo?

8) Quais as regiões do País mais apropriadas para o plantio do trigo, Estado por Estado?

9) Existem equipamentos agrícolas em quantidade suficiente para o País produzir, em 1965, um milhão de toneladas de trigo?

10) Qual o auxílio dado à cultura do trigo, nos anos de 1963 e 1964, pelo Fundo do Trigo e pelo Fundo Federal Agropecuario, separadamente? E quanto, separadamente, pretendem despende nesse auxílio em 1965?

11) Sendo certo que a importação de trigo deve atingir, em 1965, a importância de 250 milhões de dólares, solicitamos informar se a mistura prevista de milho, ração e soja na farinha está sendo obrigatoriamente aplicada em todo o País, e quais as proporções dessa mistura?

12) Sabendo-se que o México, com idênticas condições geográficas e climáticas, plantando trigo desde 40 até 1.700 metros acima do nível do mar, já atingiu a produção de cerca de 3.000 quilos por hectare, qual a razão pela qual não conseguiu o Brasil ultrapassar a média de 1.000 quilos de trigo por hectare?

Justificação

Ao lado do petróleo, é o trigo dos produtos que mais pesam em nosso balanço de importação.

Estando presente, por todas as formas, na mesa de ricos, pobres e remediados, não pode ser eliminado dos

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO B

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos a quem preferir a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50

hábitos, se não necessidades, da população.

O que cumpre aos responsáveis pela política do trigo é procura: todos os meios para que nos tornemos cada vez maiores produtores desse cereal, até atingirmos a ambicionada auto-suficiência, e daí alcançando o ideal de nos transformarmos em país exportador.

Para isso todo um conjunto de providências tem de ser tomado, desde a seleção de sementes, a eleição das zonas mais favoráveis, o preparo e fertilização do solo, até o financiamento racional da pesquisa, dos equipamentos para o plantio, bem como a regularização da proteção à sua produção e ao seu consumo.

Problema complexo, que está a desafiá-los nossos governantes, técnicos e agricultores, cuja atenção, mais uma vez, queremos chamar para o edificante exemplo do México, na verdade padrão e modelo do desenvolvimento na América Latina.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 1965. — Senador José Ermirio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Senna) — O requerimento será publicado e em seguida despachado pela Presidência. (Pausa).

A Presidência tem a seguinte comunicação a fazer ao Plenário:

Durante o período de recesso do Senado, a Presidência recebeu as seguintes comunicações de viagens:

Do Sr. Senador Miguel Couto sem data, relativamente a uma viagem de cerca de três semanas, na Alemanha, Sul da França e Suíça, para estudos técnicos industriais de caráter privado;

Dos Srs. Senadores Nogueira da Gama, Barros Carvalho, Sigefredo Pacheco, Sebastião Archer, Lino de Matos, Joaquim Parente, Afonso Ari-

nos e Edmundo Levi, de 15 de dezembro, relativamente a uma viagem ao Oriente Médio e Índia;

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres de 4 de janeiro, relativamente a uma viagem de caráter privado à Europa pelo prazo de 40 dias.

A Presidência deferiu, hoje, o Requerimento de Informações nº 3, de 1965, do nobre Senador José Ermirio.

Quanto ao Requerimento nº 2, de 1965, em que o nobre Senador Arthuro Virgílio solicita informações sobre matéria de competência da Comissão Diadora, a este órgão foi encaminhado Há oradores inscritos.

Tem a palavra, o nobre Senador Lino de Mattos, por cessão do nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhores Jornalistas, o Comandante da IV Zona Aérea, sediada em São Paulo, conforme notícia a imprensa, denunciou a existência de um plano de subversão, oculto na campanha eleitoral para Prefeito da Capital bandeirante. Se verdadeira, isto é, se realmente foi encaminhado constitui a denúncia fato de gravidade extrema, porque o seu autor é milita de alta graduação, cuja palavra deve exercer influência decisiva no âmbito governamental.

Ofereço, Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhores Jornalistas, contestação categórica e enérgica a essa denúncia, no que tange à campanha eleitoral desenvolvida pelas seções paulistas do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Trabalhista Nacional. Sou candidato a Prefeito de São Paulo, registrado pelos Partidos Trabalhista Brasileiro e Trabalhista Nacional. Estou certo de que serei eleito, exatamente porque

nostra campanha está colocada em termos de oposição democrática e de oposição construtiva. Oposição democrática porque, no trabalho organizacional, ao contrário da realização do pleito, oferecemos nós a bandeira da reação, reclamando a abertura das urnas, reação democrática, rebelião contra os apóstatas da democracia. Oposição construtiva, porque desejamos mostrar aos governos surgidos da Revolução de 31 de março que o povo reprovava, que o povo não está de acordo com a orientação que vem sendo adotada, particularmente no setor econômico-financeiro.

A reprovção popular registrar-se às urnas livres, na maior cidade brasileira, cujo eleitorado é de um milhão e meio de eleitores.

Estou certo, Sr. Presidente, repito, de que serei Prefeito de São Paulo. A maioria absoluta do eleitorado paulista é constituída de trabalhadores, operários de milhares de fábricas do maior parque industrial da América Latina; comerciantes e bancários de um poderoso complexo comercial; profissionais independentes — professores, advogados, engenheiros, médicos, enfermeiros, dentistas, farmacêuticos — todos trabalhadores angustiados pelas consequências destruidoras de uma política errônea.

Tivesse eu sido apartado para apontar alguns erros dessa política que afirmo e sustento errada, no campo econômico-financeiro, eu mencionaria, não os grandes problemas, como o esmagamento da indústria nacional, a descapitalização de empresas brasileiras, mas iria ao problema do trigo, objeto, hoje, de um requerimento de informações do nobre Senador José Ermírio.

O trigo, que no início da atual administração custava, para o moageiro, Cr\$ 42.000 a tonelada, custa hoje, Senhor Presidente e Senhores Senadores, quatro vezes mais ou seja, precisamente, Cr\$ 167.000 a tonelada, enquanto o salário-mínimo do trabalhador continua o mesmo. Em consequência desta situação, a venda deste cereal ficou reduzida, no Brasil, em cerca de 30 por cento. Estão os moageiros sufocados e a maioria dos trabalhadores sem o pão nosso de cada dia, em virtude da elevação do preço.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com muita alegria.

O Sr. José Ermírio — V. Ex. pode mencionar o crescimento desenfreado da agiotagem, que suga todos os recursos das indústrias, por falta de financiamento por parte de entidades do Governo e de outros setores de financiamento.

O SR. LINO DE MATTOS — Lembrou-me no aparte do nobre Senador José Ermírio para citar um exemplo, se me fosse formulado um aparte de intercepção para que eu apontasse erros: é exatamente a assistência a que estão submetidos os homens do comércio e da indústria pela proliferação das agências bancárias, das casas de crédito, das instituições de empréstimo atualmente o melhor negócio da República, que substituiu, com vantagem, os chafés de loteria e as bancas de jogo de bicho, porque dinheiro, hoje, é na base de cinco, seis, oito ou dez por cento, adiantadamente para se doctar um título qualquer, um navio qualquer, por menor que seja.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Ex. um aparte? (Assentimento do orador) — V. Ex. há pouco antecipava as respostas que daria se tivesse sido apartado a esta altura do seu discurso, sobre o quadro que se apresenta, hoje, em matéria de economia, no Brasil. Então começaram os apartes a V. Ex. pela oportuni-

dade oferecida. Assim, gostaria que V. Ex. como Professor de Economia, abordasse este assunto que vem sendo preocupação, não apenas nossa, mas de todo o povo brasileiro. Configure V. Ex. da tribuna, o que lhe parece estar errado no Governo atual e aponte a solução para as finanças e economia do Brasil. Nós o escutaremos, por isso que a preocupação não é apenas de V. Ex., é de todos, nós.

O SR. LINO DE MATTOS — Fêz V. Ex. lembrar-me o repto do Senhor Presidente da República, por intermédio do Líder do Governo nesta Casa, quando denunciei alguns erros graves.

Respondo a V. Ex. mais ou menos nos termos em que o fiz, naquela oportunidade: neste ensejo aponto erros. Desenvolvo em São Paulo campanha eleitoral de praça pública, de televisão, de rádio, ao longo de cuja campanha, apontaremos não apenas erros, mas soluções.

Sinto-me honrado com o aparte de V. Ex. Certamente teremos, em outras sessões, oportunidade para apontarmos. Parece-me óbvio que o discurso há de se dividir em duas partes distintas: exame de erros e numa outra ocasião; indicação de soluções.

Verdade, Senhor Presidente, é que estou convencido: o Governo, se tiver candidato prestigiado pela sua orientação, será derrotado.

Nestas condições, os responsáveis pelo Governo da Revolução devem estar prevenidos de que a vitória da minha candidatura, sendo como é de oposição, significará a necessidade, por decisão popular, da mudança do rumo governamental, pelo menos de mudança no rumo do trato dispensado aos trabalhadores em geral, mas, em particular, aos trabalhadores da Cidade de São Paulo, que devem comparecer às urnas no próximo dia 21 de março.

Desejo, Senhor Presidente e Senhores Senadores, fixar com clareza o sentido da campanha que chefo, a fim de evitar interpretações capciosas ou inexactas. Procuro exercer o direito democrático da oposição.

O Governo do Marechal Castello Branco vem garantindo ao Brasil e, principalmente ao mundo, que mantém e executa o regime democrático. A democracia ecceçiona está condicionada à sobrevivência, ao lado dos tal, dos que a combatem. Isto é, dos que defendem a situação governamental que fazem oposição.

Faço, Senhor Presidente, campanha livre, campanha clara, campanha à luz do dia ou dos refletores dos comícios noturnos, em praça pública, ou nos estúdios de televisão. Não conpiro, nem conpirorei; ninguém me encontrará em conversas equivocas a propósito do assunto de que existe no País.

Minha arma de luta é a palavra livre, alta, crítica mesmo, enérgica, sincera, por isso mesmo, talvez verdadeira. As trincheiras que busco conquistar são as urnas livres de 21 de março em São Paulo.

Certamente, Senhor Presidente, Senhores Senadores e Senhores da Imprensa, surgirá a pergunta: se a mensagem de luta que ofereço é esta, evidentemente política ou também administrativa?

Sem vaidade, Senhor Presidente, posso afirmar que, alçado à mensagem política de quem aceitou a bandeira de reação democrática, estará também para acudir aos interesses administrativos da Capital do meu Estado o administrador.

Digo, repito, sem vaidade, que nada tenho que me aborça ou envergonhe das vezes em que exerci a administração pública em minha pátria. Secretário de Estado dos Negó-

cios da Educação, os educandários que instalei, a orientação que dei ao ensino pré-primário, primário, secundário e superior atestam a preocupação do administrador em bem servir à causa que abraçou. Prefeito de São Paulo, com um mandato exiguo, de apenas 10 meses, sem recursos financeiros, pois que recebi a Prefeitura com uma verba de cinquenta mil cruzeiros para obras públicas, as que acompanharam de perto a administração testemunham as numerosas obras de vulto que deixei — umas concluídas, outras adiantadas e muitas planejadas, numa administração relâmpago, de apenas 10 meses. Lembrei, quase como palavras finais, que o problema maior, hoje, dos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais, é o do trânsito.

Ja na minha presença, em 1955, pela Prefeitura da Capital do meu Estado, fui buscar no engenheiro Prestes Maia — que é hoje o Prefeito de São Paulo — e em mais alguns técnicos, a comissão que planeje o sistema de transporte rápido no qual se inclui como base o "Metrol" para a cidade de São Paulo. Não deixei a Prefeitura sem que essa obra de planejamento estivesse completa para início de sua execução.

Não estou, nesta tribuna, falando em termos de propaganda eleitoral — seria ridículo — mas já assumi, perante o eleitorado da minha cidade, o compromisso de que serei o Prefeito do "Metrol", porque, obra planejada por mim, dar-lhe-ei início e execução em grande parte.

Nestas condições, fiz questão de frisar, neste fecho, que os críticos não podem e não devem ver no meu pronunciamento a mensagem do político, mas a profissão de fé, o compromisso que assumo, perante a cidade que é capital do seu Estado, quem neste instante ocupa a tribuna para reafirmar que está certo de ser Prefeito de São Paulo exatamente porque a sua bandeira é a de reação democrática, exigindo eleições; é a de oposição construtiva, para mostrar erros e conduzir o Governo ao bom caminho; é a do administrador que muito espera dar à sua cidade, em paga pelo muito que recebeu da sua gente.

Era, Senhor Presidente, o que eu queria dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. TEL. ...

(Adalberto Sena) — Tem a palavra o nobre Senador Lobão da Silveira.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, já não é a primeira vez que tenho participado a eleição do Estado a propósito da Estrada de Ferro de Bragança, da sua aniquilação total. Desde o governo Jânio Quadros que tentamos arrancar os trilhos da Estrada de Ferro de Bragança e substituí-la por decadas de decadas. Mas, quando levantei-se uma onda de protesto dos Estados Interiores, resultou daí que o Presidente Jânio Quadros mandou proceder a novos estudos e quando a Bragança mandou imediatamente sustar a ordem anteriormente expedida e já estava com tudo pronto para recuperar a Bragança e estendê-la até a São Luiz-Terezina. Ao Governador Aurélio do Carmo deu ciência dessa sua resolução, quando recebeu o Governador paraense em audiência nesta capital. Demoliu já, mais, restaura-la e estendê-la dentro do plano primitivo, dizia o Presidente Jânio. Muito embora, seus adversários, queremos fazer-lhe a dívida justa. Lamentavelmente a renúncia de S. Ex. fez tudo continuar como estava.

Os inimigos da Estrada de Ferro de Bragança continuavam a sua obra demolidora. Mal surgiu o governo do Ilustre Marechal Castello Branco e voltou à baila o caso da extinção da Estrada de Ferro de Bragança por ser deficitária. Mas, deficitária são quase todas as nossas Estradas, exceção da Paulista, hoje sob a administração do Estado de São Paulo. Assim pois, o argumento é por demasia primário.

Dirigimo-nos, a propósito da Bragança ao Exmo. Sr. Ministro da Viação que nos respondeu pela carta nº 71 de 9 de janeiro último, redigida nos seguintes termos.

Exmo. Sr. Senador

Lobão da Silveira

Senado Federal

Brasília, Distrito Federal

Através do telex de 23-12-54, solicitei V. Ex. ao Titular desta Pasta fôsse mantido o tráfego da E. F. Bragança, tendo em vista a importância que representa para as vilas e povoados pela mesma servidos.

Visando a melhor esclarecê-lo o assunto, incumbi-me Sua Excelência de lhe comunicar que a suspensão do tráfego na Estrada de Ferro de Bragança foi determinada como consequência do estudo procedido pela RPPS/A, que provou a sua irrecuperabilidade.

Muito cordialmente. — José Chrysanto Seabra Fagundes, Chefe do Gabinete

Não nos informamos com o esclarecimento prestado porque a construção da Estrada de Ferro de Bragança obedecia a dois objetivos: criar condições econômicas para fortalecer a economia paraense e, em segundo, era uma dianteira avançada dos trilhos de linha Pirapora — Belém, obra do fôlego de engenheiros notáveis como Pandiá Calogeras e Paulo de Frontin.

E tanto isso é verdade que a Revista Ferroviária de Janeiro de 1954, volume 25 — nº 1 traz vibrante e judicioso editorial de autoria do Dr. Flavio Vieira, que vemos trasladado para mais amplo conhecimento.

— "finalmente, disse ele, passou o ano de 1953 sem que a nossa política ferroviária de não-trançar qualquer obra na ligação pelos trilhos, da Região Norte às demais regiões ferroviárias brasileiras. Ora, nos últimos anos, não se fez nada, nem os da economia Petróleo — Terezina, os da estrada através da Estrada de Ferro de Bragança — Terezina para dentro do território paraense, onde uma outra poderá articular-se com a Estrada de Ferro de Bragança, cuja estação inicial está na capital do Pará. Segundo análise plausível, uma dessas linhas deveria, como trecho do eixo nordestino, estabelecer sua vinculação com a referida estrada bragançana. Como se verifica estes troncos principais, dos quais uma poderá integrar-se no eixo Ferroviário Norte-Sul não chegará até Belém do Pará. Entretanto Paulo de Frontin nosso precioso mestre e eminente vulto de engenharia brasileira, já em 1927 equacionando o problema, das nossas vias férreas insistia pela necessidade da construção da linha Pirapora-Belém. Antes outro grande brasileiro o engenheiro Pandiá Calogeras, em 1926, ma-

natureza, benfazeja neste ano que transcorre.

Entretanto, no decreto do ano passado do Ministério da Agricultura asseguravam-se aqueles preços mínimos comprometendo-se a medida com quas interessantes inovações visto que a política dos preços mínimos já existia nos Governos anteriores. Criou o Governo os chamados pontos de convergência, em que se garantiam não apenas aqueles índices mas também a aquisição e ainda criou os chamados pontos de convergência como se descreve nos parágrafos explicativos de um daqueles decretos:

"Os centros de convergência deverão ser obrigatoriamente servidos por agências bancárias do órgão mandatário da Comissão de Financiamento da Produção ou de seus prepostos e dotadas de suficiente capacidade de armazenamento facilidade de transporte, bem como de outros serviços indispensáveis a que o procedimento se imponha como meio de assegurar suporte efetivo à produção e possa de maneira efetiva, concorrer para a normalidade de distribuição.

Os centros de convergência, estabelecidos na forma indicada no parágrafo 1º do Art. 2º serão amplamente divulgados dentro de 60 dias após a publicação deste Decreto".

E mais adiante:

"Os preços constantes deste Decreto serão reajustados por ocasião de cada safra, segundo índices de correção monetária sendo os preços corrigidos amplamente divulgados trinta dias antes da época da colheita dos produtos mencionados neste Decreto."

Na realidade Sr. Presidente, não houve nem a prometida divulgação das normas — verdadeira novidade por todos muito bem aceita — deste decreto como também não está havendo, na safra que se inicia a garantia dos tais preços mínimos.

O aviltamento dos índices oferecidos pelos compradores já se faz sentir na safra do arroz do sul matogrossense sendo o até objeto de um telegrama do Governador daquele Estado.

Por outro lado, apenas no que toca a região servida pela SUDENE é que o Governo está objetivando atender às normas do seu novo decreto.

Chamo a atenção do Ministério da Agricultura dos responsáveis por essa nova política agropastoril anunciada para o fato de que é muito séria a responsabilidade dos que se propuseram a abrir perspectivas novas de incentivo à nossa produção. Trata-se, antes de tudo de produtos primários para os quais todo o incentivo possível já não seria decisivo mereça da nossa luta contra o subdesenvolvimento, mas atenderiam aos anseios imediatos do abastecimento das condições primárias do custo de vida do nosso meio.

Há todavia um aspecto ainda novo: se fracassarem essas medidas de incentivo, no presente ano cria-se definitivamente um sistema de desestímulo.

O Sr. José Ermírio — V. Exa. permite uma aparte?

O SR. BEZERRA NETO — Pois não!

O Sr. José Ermírio — Em São Paulo, as safras prometem ser muito boas. Mas o serão por graça de Deus, dado as condições climáticas excepcionais que ali existem. Mas poderá ocorrer o que aconteceu no nordeste, onde, depois de um período de chuvas excelentes, as mesmas continuaram, destruindo quase toda a safra daquela região. Deus permitiu que não aconteça isso mas desde já compete ao Governo criar condições para que esses agricultores possam ter confiança na cultura agrícola do país e que não sejam levados por atos que nem são justos, nem se coadunam com a boa administração do Brasil.

O SR. BEZERRA NETO — V. Exa. tem inteira razão porque continuamos à mercê das condições climáticas em que a natureza, até agora, está sendo a grande ou a única patrocinadora dessa perspectiva anunciada, de fartura, mas que pode ser, também o agente de um desvio dessas perspectivas, porque, se a natureza assumir condições agressivas, não teremos condições técnicas — essa é que é a realidade — para guardar, para defender a colheita.

De modo que, Sr. Presidente, é necessário que as autoridades fiquem bem atentas para que não se decepcionem com o desenvolver das condições de expectativa por elas mesmas estimuladas.

Teoricamente, está tudo certo. As promoções publicitárias a respeito correspondem aquilo que a teoria e a técnica abonam.

Diz o Sr. Junot Alencar, responsável pela equipe técnica da Comissão de Financiamento da Produção, que fixa preços mínimos para a região da SUDENE:

(Lendo)

"O aviltamento dos preços da mercadoria na zona de produção, como decorrência de um processo totalmente distorcido de intermediação, com todo o seu cortejo de consequências para o lavrador, descapitalização, desestímulo, baixa produtividade etc., chega ao seu final, graças a essa política de interiorização do amparo do Governo."

E' só no papel este maravilhoso quadro aqui relatado. Os agricultores, que começaram a colher arroz na região Sul de Mato Grosso estão assistindo ao espetáculo negativo e lamentável dos outros anos. A ronda do aviltamento do preço em torno da sua produção se está repetindo.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. BEZERRA NETO — Pois não.

O Sr. Filinto Müller — Não sei se V. Exa. fez referência a este fato: encontra-se em Campo Grande um representante da COBAL incumbido de examinar o problema dos cereais, especialmente o do arroz. Como representante da COBAL, examinou a situação em que se encontram os produtores e revendedores de arroz e realizou várias reuniões, inclusive com autoridades militares. No caso, cabe a intervenção de autoridades militares, porque o Serviço de Subsistência da 9ª Região é, talvez, o maior comprador de cereais do Sul de Mato Grosso. Devo acrescentar, ainda, que recebi apelo da Associação Rural do Sul de Mato Grosso, presidida pelo engenheiro Arlindo Jorge, através de carta em que explica, com muita precisão, o problema e acentua um aspecto que deixo no espírito de V. Exa. para sua meditação: o Banco do Brasil financia os proprietários de máquinas de beneficiar arroz e estes o compram aos produtores, trabalham-no e o depositam. Como têm financiamento a longo prazo, podem fixar o preço. Os lavradores de pequenas culturas, que V. Exa. conhece muito bem, como os do município de Terenos, produtores de arroz, não contam com tais facilidades de financiamento e ficam angustiados. Agora não sabem como colher o arroz do ano. O representante da COBAL lá se encontra. O Engenheiro Arlindo Jorge, na Presidência da Associação Rural, enviou-me, como disse, uma bela-explanação a respeito da matéria em carta que tive oportunidade de deixar em mãos do Presidente Castelo Branco, pedindo a S. Exa. que tomasse conhecimento da exposição técnica do assunto e determinasse as providências cabíveis. Este aparte é para colaborar com o oportuno discurso de V. Exa. em defesa do Sul do Estado de Mato Grosso.

O SR. BEZERRA NETO — Folgo com as relações do Senador Filinto Müller, que coincidem, justamente com o apelo que ora faço ao Governo, no sentido de que encare a situação e efetive o que anunciou, ou seja, a garantia dos preços mínimos.

No jornal "O Globo", de sexta-feira última, é o próprio Governador de Mato Grosso quem dá o alarme de que os lavradores do Sul do Estado estão sendo vítimas do aviltamento dos preços dos seus produtos e faz apelo veemente às autoridades federais.

De modo que, se já essas providências foram adotadas em Campo Grande, pelos órgãos competentes, folgo em receber essa informação.

É questão de honra para o Governo, num campo tão sério como esse garantir e cumprir o que anunciou, e que foi objeto do seu próprio decreto, de uma nova política econômica de estímulo ao produtor, ou melhor, na fonte de produção. (Muito bem, muito bem).

COMPARECEM NESTA SESSÃO SENADORES:

Oscar Passos
Joaquim Parente
João Agripino
Faria Tavares
Filinto Müller
Melo Braga — 6 —

O SR. PRESIDENTE:

(Cateete Pinheiro) — Não há mais oradores inscritos.

A lista de presença acusa o comparecimento de 19 Senhores Senadores.

Passa-se a

ORDEN DO DIA

O SR. PRESIDENTE: Cateete Pinheiro) — Não há quorum para votação.

Em consequência ficam adiadas as matérias relacionadas nos itens 1 e 2 da Ordem do Dia.

Passa-se ao item 3 da pauta:

Discussão em turno único (com apreciação preliminar da juridicidade nos termos do art. 265-A, do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1964, (nº 3.143-B, de 1961, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública e desapropriar os terrenos onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes no Município de Jabotão, no Estado de Pernambuco, tendo Parecer (sob nº 1.274, de 1964), da Comissão de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

Em discussão o projeto quanto à juridicidade. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada. Deixa de ser procedida a votação por falta de quorum regimental.

Esgotada a Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, designando para a de amanhã a seguinte:

ORDEN DO DIA

Sessão de 9 de fevereiro de 1955 (Terça-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1954, originário da Câmara dos Deputados (nº 33-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas negatório de registro do contrato celebrado entre a firma "Companhia Brasileira de Material Elétrico" e o Ministério da

Educação e Cultura, tendo Pareceres Favoráveis (sob ns. 1.337 e 1.338, de 1964) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1953, originário da Câmara dos Deputados (nº 47-A-63, na Casa de origem), que mantém a recusa de registro de contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda., para a execução das obras de construção de um pavilhão-dormitório na Escola Agro-técnica Visconde da Graça, em Pelotas, Rio Grande do Sul, tendo Pareceres Favoráveis (sob ns. 1.395 e 1.396, de 1964) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3

Votação, em turno único, (com apreciação preliminar da juridicidade nos termos do art. 265-A, do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1964 (nº 3.143-B, de 1961, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública e desapropriar os terrenos onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes no Município de Jabotão no Estado de Pernambuco, tendo Parecer (sob nº 1.274, de 1964), da Comissão de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 292, de 1964 (nº 3.798-B-62, na Casa de origem), que isenta de imposto de importação e de consumo equipamento a ser importado pela Rádio Sociedade Gaúcha S. A., tendo Parecer Favorável (nº 1.644, de 1964), da Comissão de Finanças.

5

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1964, de autoria do Sr. Senador Cateete Pinheiro, que institui o Dia Nacional da Saúde (Projeto aprovado em primeiro turno na sessão de 1º de dezembro de 1964, considerando prejudicado o substitutivo apresentado pela Comissão de Saúde), tendo Pareceres, sob ns. 1.613, 1.614 e 1.615, de 1964, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Educação e Cultura, favorável; e de Saúde favorável nos termos do substitutivo que oferece.

Está encerrada a sessão. (Levantou-se a sessão às 16 h30.)

SENADO FEDERAL

Ato do Vice-Presidente

PORTARIA Nº 4, DE 1964

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confiere o art. 50, letra "c", do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar Afonso José Coelho César, Auxiliar Legislativo, PL-9, para exercer as funções de seu Oficial de Gabinete.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1964. — Camillo Nogueira da Gama.

PORTARIA Nº 5, DE 1964

O Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confiere o art. 50, letra "c", do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar Ceiso Saleh, Auxiliar Legislativo, PL-9, para exercer as funções de Auxiliar de seu Gabinete. Senado Federal, 2 de dezembro de 1964. — Camillo Nogueira da Gama.

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

- Presidente — Moura Andrade (PSD)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
 1.º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)
 2.º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3.º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4.º Secretário — Cattete Pinheiro (PIN)
 1.º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
 2.º Suplente — PSD)
 3.º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)
 4.º Suplente — Heribaldo Vieira (Sem legenda — BPD)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Gutomard — Acre | 12. Antônio Balbino — Bahia |
| 2. Lobão da Silveira — Pará | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão | 14. Gilberto Marinho — Guanabara |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão | 15. Moura Andrade — São Paulo |
| 5. Victorino Freire — Maranhão | 16. Atílio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí | 17. Gêdo Mondim — R. G. Sul |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gonçalves — Ceará | 19. Filinto Müller — Mato Grosso |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás |
| 11. Leite Neto — Sergipe | 22. Pedro Ludovico — Goiás |

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- | | |
|-------------------------------------|---|
| 1. Adalberto Sena — Acre | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco |
| 2. Oscar Passos — Acre | 11. José Ermírio — Pernambuco |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas | 12. Silvestre Péricles — Alagoas |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas | 13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas | 14. Nelson Maculan — Paraná |
| 6. Antônio Jucá — Ceará | 15. Mello Braga — Paraná |
| 7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso |
| 9. Barros Carvalho — Pernambuco | |

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 15 representantes

- | | |
|-----------------------------------|--|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 8. Padre Calazans — São Paulo |
| 2. Joaquim Parente — Piauí | 10. Adolpho Franco — Paraná |
| 3. José Cândido — Piauí | 11. Irineu Arnhauser — S. Catarina |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. do Norte | 12. Antônio Carlos — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba | 13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul |
| 6. Ruy Palmeira — Alagoas | 14. Milton Campos — Minas Gerais |
| 7. Eurico Rezende — E. Santo | 15. Lopes da Costa — Mato Grosso |
| 8. Afonso Arinos — Guanabara | |

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------|
| 1. Aloysio de Carvalho — Bahia | 2. Mem de Sá — R. G. do Sul |
|--------------------------------|-----------------------------|

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

- | | |
|----------------------------|-----------------------------|
| 1. Cattete Pinheiro — Pará | 2. Lino de Matos — S. Paulo |
|----------------------------|-----------------------------|

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

- | | |
|-----------------------------|---------------------------------|
| 1. Raul Giuberti — E. Santo | 2. Miguel Couto — R. de Janeiro |
|-----------------------------|---------------------------------|

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

- | | |
|-----------------------------|-------------------------------|
| 1. Josaphat Marinho — Bahia | 2. Heribaldo Vieira — Sergipe |
|-----------------------------|-------------------------------|

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	15
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	66

Sem legenda

66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

Bloco Parlamentar Independente

PSP	2	Senadores
PIN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

10. Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder: Lino de Matos (PTN)	Júlio Leite — (PR)
Vice-Líderes:	Josaphat Marinho (set legenda)
Aurélio Vianna (PSB)	Aarão Steinbruch (MTR)
	Miguel Couto (PSP)
	Arnon de Mello (PDC)

II — PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves
 Sigefredo Pacheco
 Walfredo Gurgel

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Arthur Virgílio

Vice-Líderes:

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende
 Adolpho Franco
 Padre Calazans
 Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá
 Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto
 Vice-Líder: Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Matos
 Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

AGRICULTURA

Presidente — Senador José Ermírio (PTB)

Vice-Presidente — Senador Eugênio Barros (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares	Suplentes
Eugênio Barros	1. Atílio Fontana
José Feliciano	2. Benedito Valladares

PTB

Titulares	Suplentes
José Ermírio	1. Melo Braga
Dix-Huit Rosado	2. Argemiro de Figueiredo

UDN

Titulares	Suplentes
Lopes da Costa	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	2. João Agripino

B.P.I.

Titulares	Suplentes
Júlio Leite	Raul Giuberti (PSP)

Secretário — José Ney Dantas.

Reuniões: — quintas-feiras, às 10 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente — Afonso Arinos (UDN)
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD
Antônio Balbino
Aloysio de Carvalho (PL)
Afonso Arinos
Milton Campos (*)
Jefferson de Aguiar
Titulares
Ruy Carneiro

Suplentes
1. Menezes Pimentel
2. Leite Neto
3. José Feliciano
4. Filinto Müller

PTB
Titulares
Edmundo Levi
Bezerra Neto
Arthur Virgílio

Suplentes
1. Argemiro de Figueiredo
2. Oscar Passos
3. Melo Braga

UDN
Suplentes
1. Daniel Krieger
2. João Agripino
3. Eurico Rezende

B.P.I.
Titulares
Josaphat Marinho (sem legenda)
Secretária — Maria Helena Bueno Brandão.
Reuniões — quartas-feiras às 16 horas

Suplentes
Aarão Steinbruch (MTR)

DISTRITO FEDERAL

PRESIDENTE: Senador Aurélio Vianna

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Ludovico

Titulares
Pedro Ludovico
Filinto Müller

Suplente
José Feliciano
Walfredo Gurgel

P. S. D.
Melo Braga
Antônio Jucá

P. T. B.
Zacharias de Assumpção
Lopes da Costa

U. D. N.
B. P. I.

Suplentes
Lino de Mattos

SECRETÁRIO: Aracy O'Reilly de Souza

REUNIÕES: 3ª-feiras — às 16,00 horas

ECONOMIA

Presidente — Leite Neto (PSD)
Vice-Presidente — José Ermírio (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD
Titulares
Leite Neto
Atílio Fontana
José Feliciano

Suplentes
1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB
Titulares
José Ermírio
Melo Braga

Suplentes
1. Bezerra Neto
2. Oscar Passos

UDN
Suplentes
Adolpho Franco
Lopes da Costa
Irineu Bornhausen

Titulares
1. José Cândido
2. Zacharias de Assumpção
3. Mem de Sá (PL)

B.P.I.
Titulares
Miguel Couto (PSP)
Secretária — Aracy O'Reilly.
Reuniões — quintas-feiras às 15,30.

Suplentes
Aurélio Vianna (PSB)

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)
Vice-Presidente — Padre Calazans (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD
Titulares
Menezes Pimentel
1. Sigefredo Pacheco
(*) licenciado. Substituído pelo Sr. Eurico Rezende.

Suplentes
1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel

PTB

Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

Suplentes
1. Edmundo Levi
2. Vivaldo Lima

UDN

Titulares
Padre Calazans
Mem de Sá (PL)

Suplentes
1. Afonso Arinos
2. Milton Campos

B.P.I.

Titulares
Josaphat Marinho (sem legenda)
Secretária — Vera Alvarenga Mafra.
Reuniões — quarta-feiras às 16 horas.

Suplentes
Lino de Mattos (PTN)

FINANÇAS

Presidente — Argemiro de Figueiredo (PTB)
Vice-Presidente — Daniel Krieger (UDN)

COMPOSIÇÃO

Titulares
PSD
Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Leite Neto

Suplentes
PSD
1. Atílio Fontana
2. José Guilomard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

Titulares
PTB
Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

Suplentes
PTB
1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Melo Braga
4. Oscar Passos

Titulares
UDN
Daniel Krieger
Irineu Bornhausen
Eurico Rezende

Suplentes
UDN
1. Milton Campos
2. João Agripino
3. Adolfo Franco

Titular
PL
Mem de Sá

Suplente
PL
1. Aloysio de Carvalho

Titulares
BPI
Lino de Mattos (PTN)
Aurélio Vianna (PSB)

Suplentes
BPI
1. Júlio Leite (PR)
2. Josaphat Marinho (sem legenda)

Secretário — Hugo Rodrigues Figueiredo
Reunião — quartas-feiras, às 10 horas

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente — Senador José Feliciano (PSD)

Vice-Presidente — Senador Nelson Maculan (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD
Titulares
José Feliciano
Atílio Fontana

Suplentes
Lobão da Silveira
Sebastião Archer

PTB
Nelson Maculan
Barros de Carvalho

Suplentes
Vivaldo Lima
Oscar Passos

UDN
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen

Suplentes
Lopes da Costa
Eurico Rezende

B.P.I.

Aarão Steinbruch
Secretária — Maria Helena Bueno Brandão.
Reunião — quintas-feiras às 16,30 horas.

Suplente
Raul Giuberti

LEGISLAÇÃO SOCIAL

PRESIDENTE: Senador Vivaldo Lima (P.T.B.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Walfredo Gurgel (P.S.D.)

Titulares
Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel
Atílio Fontana
Eugênio Barros

Suplentes
Leite Neto
José Guilomard
Sigefredo Pacheco
Lobão da Silveira

P. S. D.
Vivaldo Lima
Antônio Jucá

Suplentes
Edmundo Levi
Pessoa de Queiroz

P. T. B.
Eurico Rezende
Antônio Carlos

Suplentes
Lopes da Costa
Zacharias de Assumpção

U. D. N.
Aurélio Vianna

P. S. B. e M. T. R.
Aarão Steinbruch

SECRETÁRIO: Cláudio I. Carneiro Leal
REUNIÕES: 3ª-feiras — às 15,00 horas

MINAS E ENERGIA

PRESIDENTE: Senador Josaphat Marinho (P.B.I.)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Ermírio (P.I.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Benedicto Valladares		Pedro Ludovico
Jefferson de Aguiar		Filinto Müller
Jose Ermirio	P. T. B.	Nelson Maculan
Argemiro de Figueiredo		Antonio Joca
João Agripino	U. D. N.	Jose Candido
Antonio Carlos		Afonso Arrais
Josaphat Marinho	B. P. I.	Júlio Leite

SECRETARIO: Claudio I. Carneiro Leal

POLICONA DAS SECAS

PRESIDENTE: Senador Ruy Carneiro (P.S.D.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aurélio Vianna (P.S.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Ruy Carneiro		Sigefredo Pacheco
Sebastião Archer		Leite Neto
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Ontônio Joca
Argemiro de Figueiredo		Jose Ermirio
João Agripino	U. D. N.	Lopes da Costa
Jose Candido		Antonio Carlos
Aurélio Vianna	P. S. B. e P. R.	Júlio Leite

SECRETARIO: Claudio I. Carneiro Leal

REUNIOES: 5ª-feira — às 16.00 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

PRESIDENTE: Senador João Agripino (U.D.N.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wilson Gonçalves (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Leite Neto		1. Walfredo Gurgel
Jose Guimard		2. Jose Feliciano
		3. Rui Carneiro
Mem de Sá	P. L.	1. Aloysio de Carvalho
Barros Carvalho	P. T. B.	1. Edmundo Levy
Bezerra Neto		2. Melo Braga
Daniel Krieger	U. D. N.	1. Antônio Carlos
		2. Adolfo Franco
Lino de Mattos	B. P. I.	1. Aurélio Vianna

SECRETARIO: José Soares de Oliveira Filho, eventual,

REUNIOES: 3ª-feira — às 15.00 horas

REDAÇÃO

PRESIDENTE: Senador Dix-Huit Rosado (P.T.B.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antônio Carlos (U.D.N.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Walfredo Gurgel		Lobão da Silveira
Sebastião Archer		Jose Feliciano
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Edmundo Levy
Antonio Carlos	U. D. N.	Eurico Rezende
Júlio Leite	B. P. I. e S/LEGENDA	Josaphat Marinho

SECRETARIO: Neuza J. Verrisimo

REUNIOES: 4ª-feira — às 16.00 horas

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente — Benedito Valladares (PSD)

Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB)

COMPOSIÇÃO

Titulares	PSD	Suplentes
Benedicto Valladares		1. Ruy Carneiro
Filinto Müller		2. Leite Neto
Menezes Pinheiro		2. Victorino Freire
Jose Guimard		4. Wilson Gonçalves
Pessoa de Queiroz	FTB	1. Antônio Joca
Vivaldo Lima		2. Argemiro de Figueiredo
Oscar Passos		3. Melo Braga
Antonio Carlos	DIN	1. Padre Calazani
Jose Candido		3. Joao Agripino
Rui Palmeira		3. Mem de Sá (PL)

Aarão Steinbruch (MTR)

Secretário — João Batista Cartegon Branco.

Reuniões — quintas-feiras, às 16 horas.

SAÚDE

PRESIDENTE: Senador Sigefredo Pacheco (P.S.D.)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Cândido (U.D.N.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Sigefredo Pacheco		Walfredo Gurgel
Pedro Ludovico		Eugênio Barros
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Antônio Joca
Raul Gluberti	P. S. P.	Miguel Couto
Jose Candido	U. D. N.	Lopes da Costa

SECRETARIO: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: 5ª-feira — às 16.00 horas

SEGURANÇA NACIONAL

VICE-PRESIDENTE: Senador Oscar Passos (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Victorino Freire		Ruy Carneiro
Jose Guimard		Atílio Fontana
Oscar Passos	P. T. B.	Jose Ermirio
Silvestre Pericles		Dix-Huit Rosado
Zacharias de Assumpção	U. D. N.	Adolfo Franco
Irineu Bornhausen		Eurico Rezende
Raul Glubert	B. P. I.	Aurélio Vianna

SECRETARIO: Alexandre Pfander

REUNIOES: 5ª-feira — às 15.00 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PRESIDENTE: Senador Aloysio de Carvalho (P.L.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Leite Neto (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Leite Neto		Victorino Freire
Sigefredo		Filinto Müller
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Melo Braga
Silvestre Pericles		Antônio Joca
Padre Calazani	U. D. N.	Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho	P. L.	Mem de Sá
Aarão Steinbruch	B. P. I.	Miguel Couto

SECRETARIO: José Ney Passos Dantas

REUNIOES: 3ª-feira — às 15.00 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PRESIDENTE: Senador Lopes da Costa (U.D.N.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Bezerra Neto (P.T.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Eugênio Barros		Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves		Jose Guimard
Bezerra Neto	P. T. B.	Melo Braga
Lopes da Costa	U. D. N.	Irineu Bornhausen
Miguel Couto	P. S. P.	Raul Gluberti

SECRETARIO: Alexandre Pfander

REUNIOES: 4ª-feira — às 16.00 horas

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.
Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) - Partidos

Gilberto Marinho - PSD.
Menezes Pimentel - PSD.
Heribaldo Vieira - UDN.
Milton Campos - UDN.
Vasconcelos Torres - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Aloysio de Carvalho - PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (60 dias) em virtude do Requerimento número 1.150-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) - Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD.
Wilson Gonçalves - PSD.
Arthur Virgílio - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Adolpho Franco - UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN.
Josephat Marinho - S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castellan Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 581-63 do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 8 de agosto de 1963.

Designada em 5 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senador Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (6) - Partidos

Atílio Fontana - Presidente - PSD.
José Feliciano - (Vice-Pr.) - PSD.
José Ermirio - Relator - PTB.
Adolpho Franco - UDN.
Aurélio Vianna - PSD.
PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 589-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.187-63 do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 16 de dezembro de 1963.

Membros (5) - Partidos

José Feliciano - PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) - PSD.
José Ermirio (Presidente) - PTB.
Lopes da Costa - UDN.
Aurélio Vianna (Relator) - PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 11 de setembro de 1963.

Designada em 12 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) - Partidos

José Feliciano - PSD.
Atílio Fontana - PSD.
Eugênio Barros - PSD.
José Ermirio (Relator) - PTB.
Bezerra Neto - PTB.
Melo Braga - PTB.
Lopes da Costa - UDN.
Milton Campos (Presidente) - UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) - PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (6) - Partidos

Atílio Fontana - PSD.
Sigefredo Pacheco - PSD.
José Ermirio - PTB.
Irineu Bornhausen - UDN.
Júlio Leite - PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.
Secretária: Oficial Legislativo.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 788-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.158-63 do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (6) - Partidos

José Feliciano - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Antônio Jucá - PTB.
Padre Calazans - UDN.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves - PSD.
Leite Neto - PSD.
Sigefredo Pacheco - PSD.
Argemiro de Figueiredo - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Adolpho Franco - UDN.
João Agripino - UDN.
Aurélio Vianna - PSD.
Josephat Marinho - Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Capanema (Presidente) - PSD.
Aderbal Jurema - PSD.
Laerte Vieira - UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias - UDN.
Doutor de Andrade - PTB.
Arnaldo Cerdeira - PSP.
Juarez Távora - PDC.
Eivaldo Pinto - MTR.

I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:
Bezerra Neto - Presidente
Afonso Arinos - Vice-Presidente
Jefferson de Aguiar - Relator.
Leite Neto
Nelson Maculan
Eurico Rezende
Aurélio Vianna
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE FENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:
até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61, apr. em 14 de dezembro de 1961.

até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-63, apr. em 12 de dezembro de 1963.

até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (18) - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Benedicto Valadarez - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
Daniel Krieger - UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) - UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN.
Heribaldo Vieira - UDN.
Ruy Palmeira - UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - UDN.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.
Afonso Celso - PTB.
Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) - PL.
Mem de Sá - PL.
Josephat Marinho - S/legenda.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.

Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;

até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos

Menezes Pimentel - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.
Gundo Mondin (1.º de outubro de 1964) - PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
Daniel Krieger - UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN.
Heribaldo Vieira - UDN.
Lopes da Costa - UDN.
Silvestre Pericles (.....) - PTB.
Vivaldo Lima - PTB.
Amory Silva (24 de abril de 1963) - PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) - Relator - PTB.
Aloysio de Carvalho - PL.
Lino de Matos - PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE)

Eleita em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:

até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963

Memores (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondim (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (18) — Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Müller — PSD.
Guido Mondim (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963 — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aldemiro de Albuquerque — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS LEIS DE PROPOSTAS DE EMENDA AOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 23 de dezembro de 1961

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 703-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 20 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondim (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. 193.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 23 de julho de 1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondim (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(CRIMINALIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DE PLANO INVESTIDOR DO CARIÓTIPO DE CARIÓTIPO E PROIBIÇÃO DE ADOÇÃO DE ENFERMEZAS)

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Req. 184-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.144-63 aprovada em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 23 de maio de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.
Menezes Pimentel — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A VERIFICAR A TA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISIVO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — DO ADICIONAL)

Eleita em 10 de maio de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 184-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146-63 aprovada em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23.4.63) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.
(26.4.63) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62

Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 18.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — Relator — PSD.
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Júlio Leite (23.4.63) — PR.

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 QUE INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 8.12.62.

Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Pedro Ludovico — PSD
 Wilson Gonçalves (23-4-63) — PSD
 Benedito Valladares — PSD
 Milton Campos — UDN
 Heribaldo Vieira — UDN
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 João Agripino (23-4-63) — UDN
 Amaury Silva (23-4-63) — PTB
 Nogueira da Gama — PTB
 Barros Carvalho — PTB
 Mem de Sá — PL
 Raul Gluberti — PSP

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD
 Leite Neto — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

(AUTONOMIA DOS MUNICIPIOS)
 Silvestre Péricles — PTB
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Milton Campos — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 Aloysio de Carvalho — PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63
 Prorrogada:
 — até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63 aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — Presidente — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD
 Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
 Silvestre Péricles — PTB
 Arthur Virgílio — PTB
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Milton Campos — Relator — UDN
 João Agripino — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 Aloysio de Carvalho — PL

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.10.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD

Leite Neto — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
 Vaga do Senador Eduardo Catalão — Vice-Presidente — PTB
 Vaga do Senador Eduardo Azeiteiro Rezende — Presidente — PTB
 Milton Campos — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 Aloysio de Carvalho — PL
 Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD
 Leite Neto — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

Silvestre Péricles — PTB
 Adalberto Sena — PTB
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Milton Campos — UDN
 Aloysio de Carvalho — PL
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 João Agripino — UDN

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD
 Leite Neto — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Vaga do Senador Humberto Neder — PTB
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Eurico Rezende — UDN
 Milton Campos — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 Aloysio de Carvalho — PL
 Josaphat Marinho — Sem Legenda

Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 José Feliciano — PSD
 Walfrido Gurgel — PSD
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Silvestre Péricles — PTB
 Edmundo Levi — PTB
 Eurico Rezende — UDN
 Milton Campos — UDN
 Aloysio de Carvalho — UDN

Alonso Arinos — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 Raul Gluberti — PSP
 José Leite — PR

Z-2) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 José Feliciano — PSD
 Walfrido Gurgel — PSD
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Silvestre Péricles — PTB
 Edmundo Levi — PTB
 Eurico Rezende — UDN
 Milton Campos — UDN
 Aloysio de Carvalho — PL
 Afonso Arinos — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 Júlio Leite — PR

Z-3) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

Designada em 22.10.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 José Feliciano — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Bezerra Neto — PTB
 Edmundo Levi — PTB
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Melo Braga — PTB
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Aloysio de Carvalho — UDN
 Afonso Arinos — UDN
 Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda
 Aurélio Vianna — PTB
 Júlio Leite — PR

Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64

(Eleição automática da Vice-Presidente com o Presidente da República).

Designada em 26.2.1964
 Jefferson de Aguiar (PSD),
 Ruy Carneiro (PSD),
 Lobão da Silveira (PSD),
 Wilson Gonçalves (PSD),
 José Feliciano (PSD),
 Bezerra Neto (PTB),
 Arthur Virgílio (PTB),
 Antônio Jucá (PTB),
 Oscar Passos (PTB),
 Antônio Carlos (UDN),
 Aloysio de Carvalho (PL),
 Eurico Rezende (UDN),
 Milton Campos (UDN),
 Josaphat Marinho (BPD),
 Júlio Leite (BPT),
 Aurélio Vianna (BPD).

Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:
 — os membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;
 — Os membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Designada em 25.5.1964
 Jefferson de Aguiar (PSD),
 Antônio Balbino (PSD),
 Wilson Gonçalves (PSD),
 Ruy Carneiro (PSD),
 Menezes Pimentel (PSD),
 Edmundo Levi (PTB),
 Bezerra Neto (PTB),
 Arthur Virgílio (PTB),
 Oscar Passos (PTB),
 Afonso Arinos (UDN),
 Milton Campos (UDN),
 Eurico Rezende (UDN),
 Aloysio de Carvalho (PL),
 Josaphat Marinho (BPD),
 Aurélio Vianna (BPT),
 Aarão Steinbruch (BPD).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963 assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores apresentada em 30 de maio de 1963.

Designada em 31 de maio de 1963
 Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:
 — Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 856-63 do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Leite Neto (Presidente) — PSD
 Nelson Maculan — PTB
 João Agripino (Relator) — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963.

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963

Membros (11) — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Leite Neto — PSD
 Abílio Fontana — PSD
 Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Arthur Virgílio — PTB
 Bezerra Neto — 8.11.63 — Vice-Presidente — PTB
 Melo Braga — PTB
 João Agripino — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Aurélio Vianna — PSB
 Secretário: Auxíliar Legislativo
 PL-9 J. Ney Passos Dantas
 Lobão da Silveira — PSD